

Bancos reagem mal ao plano do Brasil

Silêncio dos banqueiros indica que proposta brasileira tem pouca chance de aprovação

PAULO SOTERO

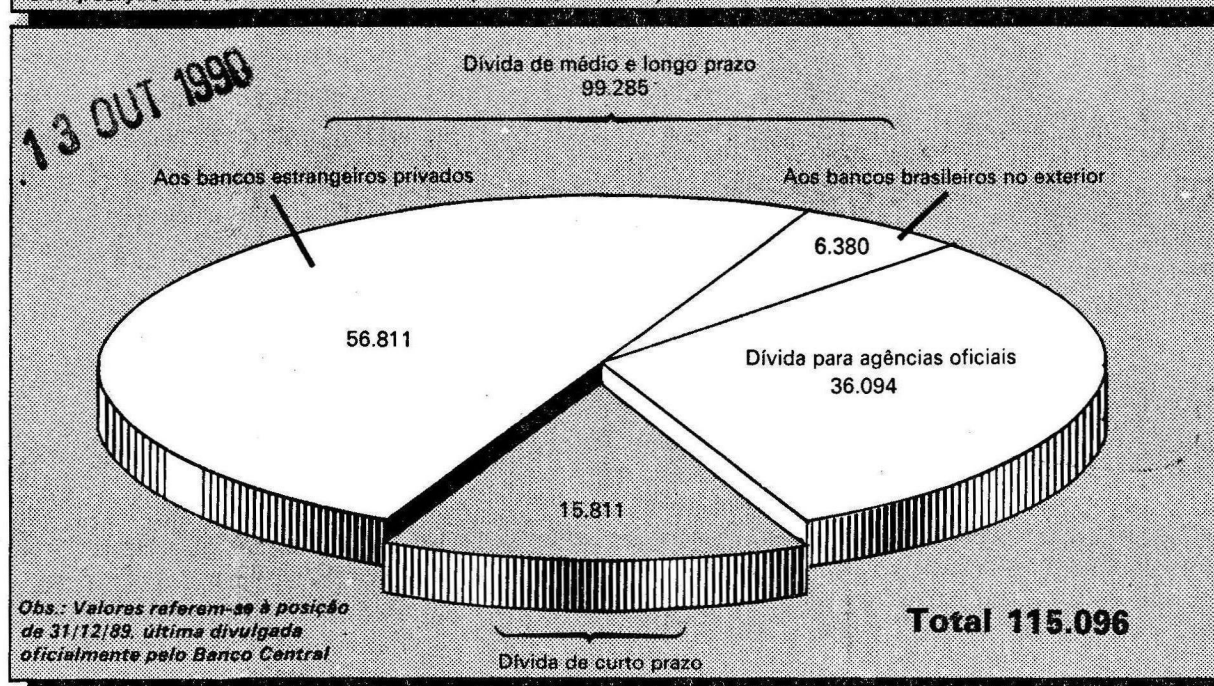
NOVA YORK - O silêncio que os bancos mantiveram durante todo o dia de ontem sobre a proposta de negociação da dívida externa apresentada pelo Brasil é uma indicação forte de que o plano brasileiro foi pessimamente recebido pela comunidade financeira internacional. O representante de um banco japonês, presente à reunião do Comitê de Bancos, indicou ao *Estado* que, na forma como foi apresentada, a proposta dificilmente seria aceita como base para uma negociação. Mas, aparentemente, a reação não foi uniforme e poderá variar dependendo da nacionalidade do banco.

A equipe técnica do Banco Central do Brasil, que faz parte da comitiva brasileira, teve ontem contatos com o comitê, que se manteve reunido o dia todo para analisar a proposta. No início da noite, os banqueiros chamaram a equipe negociadora, chefiada pelo secretário nacional de Política Econômica, Antônio Kandir, para uma reunião. Ao sair do encontro, às 19h30, Kandir disse que não poderia dizer se a proposta seria aceita ou recusada pelos bancos. "Alguns princípios não foram rejeitados e a reação dos bancos era previsível", afirmou. "As negociações não começaram", informou uma fonte do comitê.

Tanto entre os bancos quanto na área oficial, o plano foi recebido com perplexidade. O governo dos Estados Unidos, cuja participação tem sido importante para apoiar politicamente as negociações dos bancos com os países da América Latina, não teve conhecimento antecipado da proposta e seus funcionários evitaram co-

A quem devemos

Composição da dívida externa brasileira (em US\$ milhões)



mentar o assunto. Uma fonte de Washington notou que o plano de renegociação brasileiro é inovador e disse: "Sem querer julgar se ele é bom ou ruim, o fato é que coisas inovadoras geralmente demoram mais para ser executadas."

Nos organismos financeiros internacionais, causou estranheza o fato de a proposta partir de pressupostos que não levam em consideração os progressos feitos pelo México, Venezuela e outros países latino-americanos na negociação da dívida sob o Plano Brady. A julgar pela reação de alguns executivos financeiros que tiveram conhecimento do plano, os bancos dificilmente aceitarão os critérios utilizados pelo governo brasileiro para definir a sua capacidade de pagamentos externos. "O Brasil é o país que produz o maior superávit comercial nas Américas e está, por is-

so, numa situação mais confortável do que todos os outros, como México e Venezuela, para honrar os seus compromissos", disse um executivo.

Essa declaração sugere um dos problemas que mais atrapalham o projeto brasileiro. Se aceito, ele criaria um precedente que exigiria a extensão do benefício concedido ao Brasil aos demais países devedores. Isso proque o Brasil propõe o não-pagamento de juros por largo período. "Os bancos norte-americanos, que detêm cerca de um terço da dívida, não têm nenhuma razão para entrar nesse jogo com o Brasil porque não receberão praticamente nenhum pagamento de juros", afirmou um executivo de um grande banco de Nova York. Ele acrescentou que a proposta brasileira torna certa uma nova reclassificação dos ativos brasileiros dos bancos norte-americanos

em dezembro. Isso obrigará os bancos a aumentar suas reservas específicas contra o risco brasileiro de 20% para 40% do total dos ativos.

Outra dificuldade apontada pelos bancos são os títulos de capitalização de longo prazo previstos pelo Brasil. Os regulamentos financeiros norte-americanos exigem que os bancos recolham antecipadamente, a cada ano, o Imposto de Renda que incide sobre os juros relativos àquele ano, mesmo que o papel não represente uma fonte de receita no exercício. Além disso, existe a questão do tratamento que esses novos papéis teriam nos livros dos bancos. Como não são garantidos, teriam de ser cobertos por um provisionamento de reservas igual ao valor total do título.

□ Mais informações sobre a negociação da dívida externa na página 3